

Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com

Debate entre ciência e religião

O Supremo Tribunal Federal (STF) vai julgar em agosto, com repercussão geral, um tema controverso sobre crença religiosa. O debate envolve saber se é legítima a recusa à transfusão de sangue no tratamento cirúrgico de paciente em razão de sua liberdade de crença e consciência. Está em discussão o caso de uma paciente testemunha de Jeová que foi impedida pela direção do hospital em Maceió de se submeter a um procedimento cirúrgico pelo Sistema Único de Saúde (SUS) de substituição de válvula aórtica sem transfusão de sangue.



Princípio da dignidade da pessoa humana

A paciente alega que o impedimento de uso do centro cirúrgico ofendeu a sua dignidade e o seu direito de acesso à saúde. Sustenta que “a escolha do cidadão por receber tratamento médico sem transfusão de sangue e o consequente respeito a essa posição, estão devidamente respaldados pelo princípio constitucional da Dignidade da Pessoa Humana (CF art. 1.º, III). O Tribunal de Justiça de Alagoas manteve decisão da primeira instância que deu razão ao hospital, a da Santa Casa de Misericórdia de Maceió. O relator do caso é o ministro Gilmar Mendes.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Maioria feminina

Em 6 de outubro, data do 1º turno das eleições municipais de 2024, 155.912.680 eleitoras e eleitores estão aptos a comparecer às urnas. A maioria do eleitorado é composto de mulheres. Elas representam 52%, correspondendo a 81.806.914 eleitoras.

Novidade nas eleições

Uma das novidades dessa eleição é a participação de um novo município. Boa Esperança do Norte (MT), que teve sua criação confirmada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em outubro de 2023, contará com um eleitorado de 4.243 votantes. O município, forte na produção de grãos, era um distrito de Sorriso, a 420 km de Cuiabá. A nova cidade foi criada há 24 anos por lei. Durante mais de duas décadas se discutiu a constitucionalidade da norma e no ano passado o STF bateu o martelo.

Novo diretor da Faculdade de direito da UnB

O professor Alexandre Bernardino Costa, conhecido pelos alunos como ABC, vai tomar posse na segunda quinzena de agosto como o novo diretor da Faculdade de Direito da UnB. Ele foi eleito em consulta pública com 83,72% dos votos, em chapa única, por consenso. É a continuidade da atual gestão a cargo da professora Daniela Marques de Moraes. O vice, Wilson Roberto Theodoro Filho, permanece. Vinculado à área de direitos humanos, Alexandre Bernardino é professor de direito da UnB há 30 anos.

Arquivo pessoal



Barriga emprestada

A 7ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo manteve condenação de duas mulheres e um homem pelo crime de parto suposto. Às mulheres também foi imputado o crime de falsa identidade. Segundo o processo, ao descobrir que estava grávida, uma das mulheres acertou que entregaria o bebê ao casal. Durante todo o pré-natal e no parto, ela se passou pela mulher que ficaria com o seu filho, usando o nome dela como se ela fosse dar à luz. As duas iam juntas às consultas e ao hospital com uma se passando pela outra. Após o nascimento da criança, o casal foi até o cartório para registrar o bebê como sendo deles. A fraude foi descoberta após denúncia anônima ao Conselho Tutelar. A pena das “mães” foi fixada em dois anos de reclusão e três meses e 15 dias de detenção e a do homem em dois anos de reclusão, todas em regime inicial aberto e substituídas por restritivas de direitos consistentes no pagamento de prestação pecuniária de um salário-mínimo e prestação de serviços à comunidade.

Competência para julgar casos de franquias

A Justiça do Trabalho passou a reconhecer a competência da Justiça comum e encaminhar o processo para sua análise recorrentemente. De 2021 para cá, a declaração de incompetência da Justiça do Trabalho para julgar ações sobre a validade dos contratos de franquia aumentou quase 20 vezes. Enquanto apenas dois processos foram remetidos para a Justiça comum naquele ano, o número saltou para 39 nos primeiros cinco meses de 2024 — a mesma quantidade registrada em todo o ano passado.

Ricardo Stuckert/PR



“Maduro precisa aprender: quando ganha, fica. Quando perde, sai”

Presidente Lula

Goiânia sedia Fórum Goiano de Direito Penal Econômico e Eleitoral

O Fórum Goiano de Direito Penal Econômico e Eleitoral, que será realizado em 9 de agosto, no Oft Alfre Hotels, em Goiânia, reunirá renomadas personalidades do direito no país, que discutirão temáticas ligadas a crimes eleitorais, lavagem de dinheiro e criminalização da política. Organizada pelo advogado criminalista Pedro Paulo de Medeiros, o evento — no mês do advogado — terá na Conferência de Abertura palestra com o tema “As inovações da Justiça Eleitoral na Defesa da Democracia”, conduzida pelo presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE-GO), desembargador Luiz Claudio Veiga Braga e pela ministra do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Edilene Lôbo. Para a Conferência de Encerramento, cuja pauta é “A Advocacia como Garantidora de Direitos e Garantias Individuais e Coletivos”, foi convidado Tércio Lins e Silva, advogado, jurista, professor e ex-secretário de Estado de Justiça do Rio. As inscrições são gratuitas: www.pedropaulodemedeiros.adu.br